

102 - Dr. João Baptista Gonçalves Campos

(Barão e Visconde de Jarí)

Dados Biográficos

Nascimento - 10 de maio de 1814, no Sítio São João, Aicaraú na capitania do Grão Pará.

Filiação - Capitão Faustino Gonçalves Campos e Josefa Joaquina Gonçalves Campos.

Formação e atividades principais - formou-se em Direito pela Faculdade de Olinda onde recebeu o grau de Bacharel em 1840.

Iniciou sua carreira na Magistratura com a nomeação de Juiz Municipal e de Órfãos da vila de Santarém, no Pará, sendo removido para idêntico cargo do termo da cidade de Belém em decreto de 20 de dezembro de 1842. Foi nomeado Juiz de Direito da comarca do Brejo por decreto de 08 de fevereiro de 1852; Rio Formoso em decreto de 16 de janeiro de 1854; Angra dos Reis em decreto de 04 de setembro de 1857; e 1ª Vara Comercial da Corte, em decreto de 10 de dezembro de 1858.

Por decreto de 02 de março de 1864 foi nomeado Desembargador da Relação de São Luís do Maranhão, onde exerceu o cargo de Procurador da Coroa, Soberania e Fazenda Nacional por nomeação imperial por decreto de 16 de outubro de 1870. Foi removido para a Relação da Corte por decreto de 10 de julho de 1872. Por decreto de 06 de novembro de 1873 foi nomeado Presidente da Relação de Porto Alegre, onde entrou em exercício a 12 de fevereiro de 1874; removido, a pedido, para a Relação da Corte por decreto de 23 de outubro de 1875, aí exerceu o cargo de Procurador da Coroa, interinamente, em portaria de 28 de março de 1881 do Ministro da Justiça, e efetivamente por decreto de 16 do mês seguinte.

Pertenceu aos Tribunais do Comércio do Maranhão e da Corte, onde exerceu o cargo de Adjunto, por nomeação, respectivamente em decretos de julho de 1869 e 23 de outubro de 1872. Foi Chefe de Polícia da província do Pará por decreto de 22 de junho de 1855, sendo exonerado por ato de 04 de setembro de 1857.

O governo imperial aproveitou os serviços de Gonçalves Campos na alta administração da província de Alagoas, nomeando-o Presidente por decreto de 05 de fevereiro de 1864, cargo de que

tomou posse em 15 de dezembro do mesmo ano.

Nomeado Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, hoje Supremo Tribunal Federal, conforme decreto de 03 de novembro de 1883, sendo aposentado nesse cargo por decreto de 18 de maio de 1889.

Condecorações - Em remuneração dos serviços que prestou à Nação, D. Pedro II agraciou João Baptista Gonçalves Campos com o grau de Cavaleiro da Ordem de Cristo, oficialato da Ordem da Rosa em decreto de 06 de setembro de 1866 e os títulos do conselho em decreto de 24 de janeiro de 1874.

Títulos nobiliárquicos - Barão de Jari em decreto de 07 de maio de 1887 e Visconde com grandeza por decreto de 18 de março de 1889.

Atividades no STM - Nomeado Juiz-Relator do Conselho Supremo Militar, atual Superior Tribunal Militar, por decreto de 26 de julho de 1876, em substituição de José Mattoso de Andrade Camara.

Falecimento - Em 17 de maio de 1890, no Rio de Janeiro, sendo sepultado no cemitério de São João Batista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Superior Tribunal Militar. Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento. **Coletânea de informações**: João Baptista Gonçalves Campos. Brasília, DF, 2019. Arquivos disponíveis na Seção de Museu.

LAGO, Laurênio. **Conselheiros de Guerra, Vogais e Ministros do Conselho Supremo Militar - Ministros do Supremo Tribunal Militar**: dados biográficos 1808-1943. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1944. p. 50-1.

LAGO, Laurênio. **Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal**: dados biográficos 1828-1978. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1978. p. 117-18.

LAGO, Laurênio. **Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal**: dados biográficos 1828-2001. Atualização de Pedro José Xavier Mattoso. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2001. p. 148-49.